

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 98.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. **Balanço Orçamentário;**
2. **Balanço Financeiro;**
3. **Balanço Patrimonial;**
4. **Demonstração das Variações Patrimoniais;**
5. **Demonstração do Fluxo de Caixa; e**
6. **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Unidade Jurisdicionada:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Código da UG:

080011

Contador Responsável:

Luiz Alexandre de Oliveira

CRC nº:

1PR055994/O-2

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 20 de fevereiro de 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

	NE	RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		22.899.940,00	22.899.940,00	23.878.219,80	978.279,80
Receita Patrimonial		613.128,00	613.128,00	826.713,69	213.585,69
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		613.128,00	613.128,00	826.713,69	213.585,69
Transferências Correntes		22.286.812,00	22.286.812,00	22.286.812,00	-
Outras Receitas Correntes		-	-	764.694,11	764.694,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	764.694,11	764.694,11
SUBTOTAL		22.899.940,00	22.899.940,00	23.878.219,80	978.279,80
DEFICIT				1.695.497.145,67	1.695.497.145,67
TOTAL		22.899.940,00	22.899.940,00	1.719.375.365,47	1.696.475.425,47

Em R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.568.710.453,00	1.753.081.687,00	1.714.030.421,66	1.708.066.599,53	1.707.871.567,35	39.051.265,34
Pessoal e Encargos Sociais		1.311.876.590,00	1.517.197.824,00	1.486.720.706,74	1.486.720.706,74	1.486.646.799,78	30.477.117,26
Outras Despesas Correntes		256.833.863,00	235.883.863,00	227.309.714,92	221.345.892,79	221.224.767,57	8.574.148,08
DESPESAS DE CAPITAL		4.283.343,00	6.033.343,00	5.344.943,81	5.098.387,28	5.097.181,54	688.399,19
Investimentos		4.283.343,00	6.033.343,00	5.344.943,81	5.098.387,28	5.097.181,54	688.399,19
TOTAL		1.572.993.796,00	1.759.115.030,00	1.719.375.365,47	1.713.164.986,81	1.712.968.748,89	39.739.664,53

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		3.975.330,19	9.745.551,98	7.804.420,90	7.804.420,90	5.916.461,27	-
Outras Despesas Correntes		3.975.330,19	9.745.551,98	7.804.420,90	7.804.420,90	5.916.461,27	-
DESPESAS DE CAPITAL		1.729.230,89	3.545.606,87	4.320.526,88	4.320.526,88	885.594,98	68.715,90
Investimentos		1.729.230,89	3.545.606,87	4.320.526,88	4.320.526,88	885.594,98	68.715,90
TOTAL		5.704.561,08	13.291.158,85	12.124.947,78	12.124.947,78	6.802.056,25	68.715,90

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		2.575,39	220.178,76	218.935,36	1.067,79	2.751,00
Pessoal e Encargos Sociais		-	19.289,90	19.289,90	-	-
Outras Despesas Correntes		2.575,39	200.888,86	199.645,46	1.067,79	2.751,00
DESPESAS DE CAPITAL		-	48.319,37	48.319,37	-	-
Investimentos		-	48.319,37	48.319,37	-	-
TOTAL		2.575,39	268.498,13	267.254,73	1.067,79	2.751,00

BALANÇO FINANCEIRO - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

	NE				NE		
INGRESSOS	5	2019	2018	DISPÊNDIOS	6	2019	2018
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		1.747.309.920,76	1.670.680.965,55
Transferências Financeiras Recebidas		1.725.408.366,98	1.659.528.179,03	Ordinárias		1.451.171.961,56	1.363.789.734,24
Resultantes da Execução Orçamentária		1.724.122.096,97	1.657.725.207,92	Vinculadas		296.137.959,20	306.891.231,31
Sub-repasse Recebido		1.724.122.096,97	1.657.725.207,92	Previdência Social (RPPS)		277.579.568,00	264.658.714,00
Independentes da Execução Orçamentária		1.286.270,01	1.802.971,11	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		18.558.391,20	42.232.517,31
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		-	697.032,61	Transferências Financeiras Concedidas		82.649.253,74	88.185.541,81
Demais Transferências Recebidas		635.449,94	545.659,90	Resultantes da Execução Orçamentária		347.636,17	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		650.820,07	560.278,60	Sub-repasse Devolvido		347.636,17	-
				Independentes da Execução Orçamentária		82.301.617,57	88.185.541,81
				Transferências Concedidas para Pagamento de RP		5.911.828,27	24.934.024,19
				Demais Transferências Concedidas		2.400,00	15.698,42
				Movimento de Saldos Patrimoniais		76.387.389,30	63.235.819,20
Recebimentos Extraorçamentários		105.612.586,60	122.410.684,20	Pagamentos Extraorçamentários		12.957.838,90	33.840.028,14
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		196.237,92	254.833,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		267.254,73	143.410,26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		6.214.627,06	13.560.448,24	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		12.404.612,82	33.342.758,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		220.382,53	353.859,15	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		285.971,35	353.859,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários		98.981.339,09	108.241.543,73				
Arrecadação de Outra Unidade		98.981.339,09	108.241.543,73				
Saldo do Exercício Anterior		75.116.608,42	85.884.280,69	Saldo para o Exercício Seguinte		63.220.548,60	75.116.608,42
Caixa e Equivalentes de Caixa		75.116.608,42	85.884.280,69	Caixa e Equivalentes de Caixa		63.220.548,60	75.116.608,42
TOTAL		1.906.137.562,00	1.867.823.143,92	TOTAL		1.906.137.562,00	1.867.823.143,92

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	7	66.039.292,97	79.281.009,15	PASSIVO CIRCULANTE	9	118.332.868,07	138.525.723,52
Caixa e Equivalentes de Caixa		63.220.548,60	75.116.608,42	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		100.148.412,10	119.107.208,50
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		95.234,67	652.781,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		18.004.434,31	272.575,76
Estoques		2.622.110,10	3.371.665,09	Provisões a Curto Prazo		-	18.961.800,39
VPDs Pagas Antecipadamente		101.399,60	139.954,53	Demais Obrigações a Curto Prazo		180.021,66	184.138,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	630.656.619,32	595.117.262,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10	-	131.856.828,30
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.420.895,25	2.652.648,13	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	131.856.828,30
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		1.420.895,25	2.652.648,13	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		118.332.868,07	270.382.551,82
Imobilizado		619.996.024,71	584.782.857,90	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis		66.113.290,07	72.366.270,16	ESPECIFICAÇÃO			
Bens Móveis		137.778.655,07	135.632.791,85	Resultados Acumulados	NE	2019	2018
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-71.665.365,00	-63.266.521,69	Resultado do Exercício		578.363.044,22	404.015.720,00
Bens Imóveis		553.882.734,64	512.416.587,74	Resultados de Exercícios Anteriores		174.414.014,42	-16.629.994,95
Bens Imóveis		562.997.058,12	517.529.490,60	Ajustes de Exercícios Anteriores		404.015.720,00	420.647.562,70
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-9.114.323,48	-5.112.902,86	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	578.363.044,22	404.015.720,00
Intangível		9.239.699,36	7.681.756,64				
Softwares		9.239.699,36	7.681.756,64				
Softwares		11.226.819,91	12.605.674,05				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-1.987.120,55	-4.923.917,41				
TOTAL DO ATIVO		696.695.912,29	674.398.271,82	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		696.695.912,29	674.398.271,82

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO		63.220.548,60	75.116.608,42	PASSIVO FINANCEIRO		6.547.016,90	19.676.732,33
ATIVO PERMANENTE	12	633.475.363,69	599.281.663,40	PASSIVO PERMANENTE	13	118.069.194,13	269.894.477,61
				SALDO PATRIMONIAL	14	572.079.701,26	384.827.061,88

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	NE	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		11.051.768,38	6.133.836,78	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		136.658.148,05	111.583.883,57
Execução dos Atos Potenciais Ativos		11.051.768,38	6.133.836,78	Execução dos Atos Potenciais Passivos		136.658.148,05	111.583.883,57
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		7.358.308,36	6.109.149,91	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Direitos Contratuais a Executar		3.693.460,02	24.686,87	Obrigações Contratuais a Executar		136.658.148,05	111.583.883,57
TOTAL	15	11.051.768,38	6.133.836,78	TOTAL	16	136.658.148,05	111.583.883,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO		NE	
Recursos Ordinários				13.174.692,80
Recursos Vinculados				43.498.838,90
Alienação de Bens e Direitos				331.881,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas				43.166.957,90
TOTAL			17	56.673.531,70

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18	2.191.317.142,40	1.818.302.174,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		67.513.367,60	60.240.052,92
Taxas		67.513.367,60	60.240.052,92
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		990.395,19	6.035.870,62
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		990.395,19	6.035.870,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		57.099,20	65.670,47
Juros e Encargos de Mora		9.255,93	5.238,01
Variações Monetárias e Cambiais		47.843,27	60.432,46
Transferências e Delegações Recebidas		1.747.742.623,95	1.698.730.140,76
Transferências Intragovernamentais		1.725.411.274,11	1.659.943.908,76
Transferências Intergovernamentais		22.286.812,00	38.785.617,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		44.537,84	615
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		352.374.446,31	18.601.065,90
Reavaliação de Ativos		44.886.187,30	11.919.032,57
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	1.642.875,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos		307.488.259,01	5.039.158,04
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		22.639.210,15	34.629.374,19
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		14.308.009,89	32.108.328,15
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.331.200,26	2.521.046,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19	2.016.903.127,98	1.834.932.169,81
Pessoal e Encargos		1.170.794.956,90	1.167.065.393,42
Remuneração a Pessoal		908.613.190,69	890.069.640,57
Encargos Patronais		156.007.395,72	149.491.257,69
Benefícios a Pessoal		98.501.392,38	121.175.675,65
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.672.978,11	6.328.819,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		398.662.276,21	337.158.818,45
Aposentadorias e Reformas		361.272.624,26	302.353.694,74
Pensões		37.035.062,98	34.338.335,89
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		354.588,97	466.787,82
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		126.284.452,01	160.228.042,65
Uso de Material de Consumo		4.622.398,78	7.952.290,22
Serviços		103.832.528,86	137.454.429,76
Depreciação, Amortização e Exaustão		17.829.524,37	14.821.322,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		10.253,01	17.010,94
Juros e Encargos de Mora		9.026,05	9.836,34
Variações Monetárias e Cambiais		1.212,83	6.152,09
Descontos Financeiros Concedidos		14,13	1.022,51
Transferências e Delegações Concedidas		107.173.008,28	114.970.735,47
Transferências Intragovernamentais		105.400.653,74	114.708.615,81
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.772.354,54	262.119,66
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		199.029.941,34	40.144.958,55
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		118.039,29	-
Perdas com Alienação		-	25.856,47
Perdas Involuntárias		45.813,85	5.746,52
Incorporação de Passivos		196.480.643,89	36.826.804,59
Desincorporação de Ativos		2.385.444,31	3.286.550,97
Tributárias		1.126.009,69	4.251.989,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		225.308,50	210.525,74
Contribuições		900.701,19	4.041.463,98
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		13.822.230,54	11.095.220,61
Constituição de Provisões		13.096.812,51	10.554.709,16
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		725.418,03	540.511,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20	174.414.014,42	-16.629.994,95

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

	NE	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21	-460.742,64	19.383.738,79
INGRESSOS		1.824.610.088,60	1.768.123.581,91
Outros Ingressos Operacionais		1.824.610.088,60	1.768.123.581,91
Ingressos Extraorçamentários		220.382,53	353.859,15
Transferências Financeiras Recebidas		1.725.408.366,98	1.659.528.179,03
Arrecadação de Outra Unidade		98.981.339,09	108.241.543,73
DESEMBOLSOS		-1.825.070.831,24	-1.748.739.843,12
Pessoal e Demais Despesas		-1.589.859.039,58	-1.507.881.686,76
Judiciário		-1.163.643.742,23	-1.140.466.528,75
Previdência Social		-400.103.194,91	-341.307.813,74
Encargos Especiais		-26.112.102,44	-26.107.344,27
Transferências Concedidas		-152.276.566,57	-152.318.755,40
Intragovernamentais		-152.276.566,57	-152.318.755,40
Outros Desembolsos Operacionais		-82.935.225,09	-88.539.400,96
Dispêndios Extraorçamentários		-285.971,35	-353.859,15
Transferências Financeiras Concedidas		-82.649.253,74	-88.185.541,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	-11.435.317,18	-30.151.411,06
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-11.435.317,18	-30.151.411,06
Aquisição de Ativo Não Circulante		-10.996.102,15	-28.446.534,87
Outros Desembolsos de Investimentos		-439.215,03	-1.704.876,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-11.896.059,82	-10.767.672,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		75.116.608,42	85.884.280,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23	63.220.548,60	75.116.608,42

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO - 2019
UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		404.015.720,00
Ajustes de Exercícios Anteriores		-67.690,20
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		1.000,00
Resultado do Exercício		174.414.014,42
Saldo Final do Exercício 2019	24	578.363.044,22

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS

- São parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras;
- Contêm informação adicional às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Políticas contábeis adotadas baseiam-se na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em 2019 os registros contábeis foram baseados no MCASP 8ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2019.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Coordenadoria de Controle Interno, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.

INFORMAÇÕES GERAIS DAS NOTAS EXPLICATIVAS (CONTEXTO OPERACIONAL DO TRT DA 15ª REGIÃO)

- ❖ **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- ❖ **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 13 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 10 Unidades de Postos Avançados;
- ❖ **Força de trabalho:** 391 Magistrados e 3.045 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- ❖ **Criação:** Lei Federal nº 7.520/1986;
- ❖ **Objetivo Estratégico (perspectiva da sociedade):** assegurar a efetividade na prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania;
- ❖ **Missão:** solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento;
- ❖ **Visão de futuro:** trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção);
- ❖ **Atributos de valor:** celeridade, qualidade, efetividade, ética, transparência, acessibilidade, valorização das pessoas, responsabilidade social e inovação.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e Equivalentes de Caixa:** são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução;
- **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:** são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber;
- **Estoques:** compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado;
- **Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:** nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável;
- **Ativo realizável a Longo Prazo:** compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras ao Funpresp. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações;
- **Imobilizado:** é composto pelos bens móveis e imóveis. Sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período;
- **Depreciação:** o registro da depreciação mensal dos bens imóveis, cadastrados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade, compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenação de Material e Logística do TRT da 15ª Região; procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável; bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012; a partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável; a depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund;
- **Intangível:** contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*);
- **Amortização:** o prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atestado informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atestado); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares);
- **Passivos Circulantes e Não Circulantes:** as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo. São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP;
- **Provisões e Passivos Trabalhistas:** conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento, o cálculo e apuração dos valores de passivos, observa a fundamentação constante da decisão que deferir o direito, inclusive observando a prescrição. A atualização monetária e juros, é feita segundo os critérios estabelecidos na resolução 137/2014 do CSJT, alterada pela resolução 152/2015 e modificada pela liminar concedida pelo STF na Reclamação 22.012 MC/RS. Sendo que a definição da data inicial de incidência de correção monetária e juros segue os critérios estabelecidos no Processo Administrativo 0027600-20.2002.5.15.0895, a saber quando o pagamento deva ser de ofício, a correção monetária e juros ocorrem desde a competência do passivo, já quando depende de requerimento do interessado, a correção monetária ocorrerá a partir do seu pedido e juros a partir da decisão que deferir o direito.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.
- **Patrimônio Líquido:** é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.
- **Resultado Patrimonial:** sua apuração implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
- **Resultado Orçamentário:** representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores:** registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
<p>Foram adotados procedimentos de registros de passivos relativos à Honorários Periciais com Assistência Judiciária Gratuita a pagar, em atendimento ao proposto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, no Relatório de Auditoria CCAUD/CSJT, de 04/07/2019;</p> <p>Os contratos de Cessões Onerosas de Espaços Físicos que eram contabilizados como Ativos (Circulante e Não Circulante) foram reclassificados para Atos Potenciais Ativos, conforme orientação constante na Mensagem SIAFI 2019/1009571 da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho – CSJT;</p> <p>Com o objetivo de racionalizar o controle dos passivos trabalhistas ocorreram registros de desincorporação e incorporação de passivos para fins de reclassificação com base na nova padronização de inscrição genérica, conforme orientações constantes na Mensagem SEOFI/CSJT nº 34/2019 e na Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 1/2019;</p> <p>Os Passivos reconhecidos administrativamente, que estão, no momento, com exigibilidade suspensa por discussão judicial de mérito e as Provisões sofreram reclassificações para Passivos Contingentes, com base na revisão dos enquadramentos das obrigações em atenção à Mensagem SIAFI 2019/1183089 de 11/11/2019 e Nota Técnica Nº 1/2019, ambas da SEOFI/CSJT;</p> <p>Foram realizadas reclassificações de Intangíveis de vida útil definida para indefinida com a consequente reversão de amortização de Intangível, inclusive com ajustes de exercícios anteriores, com base em revisões dos contratos dos processos de aquisição e informações da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação;</p> <p>Por fim, ocorreram acertos de contabilização de encargos sociais em conformidade ao constante da Mensagem SEOFI.CSJT nº 047/2019, de 03/12/2019.</p>	<p>As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.</p> <p>A Conformidade Contábil se apoia nos trabalhos de análises realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, mediante exames aos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitada desta forma a segregação de função;</p> <p>Em 2019 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 46.349 (quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e nove) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros;</p> <p>Em relação ao objeto da conformidade, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 29.866 (vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e seis) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros;</p> <p>A análise objetiva, prioritariamente, certificar o registro contábil do ato ou fato de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, à verificação de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva;</p> <p>Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as restrições registradas em 2019 foram regularizadas até o encerramento do exercício.</p>
INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<p>Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis, além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes.</p>	

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

NE 1 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS COM RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS E DE CONVÊNIOS

A Previsão Inicial de Receita para o exercício de 2019 somou R\$ 22,9 milhões, sendo que destes, R\$ 22,3 milhões são relativos às Transferências Correntes (Recursos de Convênios). Em 2019 houve um Excesso de Arrecadação de 4,3% em relação às Previstas



Dos R\$ 978,3 mil de Excesso de Arrecadação, cerca de R\$ 764,7 mil originam-se de Outras Receitas Correntes com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, enquanto que R\$ 213,6 mil originam-se de Receitas Patrimoniais com Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, mediante contratos de Cessões Onerosas.

O quadro comparativo a seguir apresenta as Previsões e Realizações de Receitas entre os anos de 2019 e 2018, por Categoria Econômica.

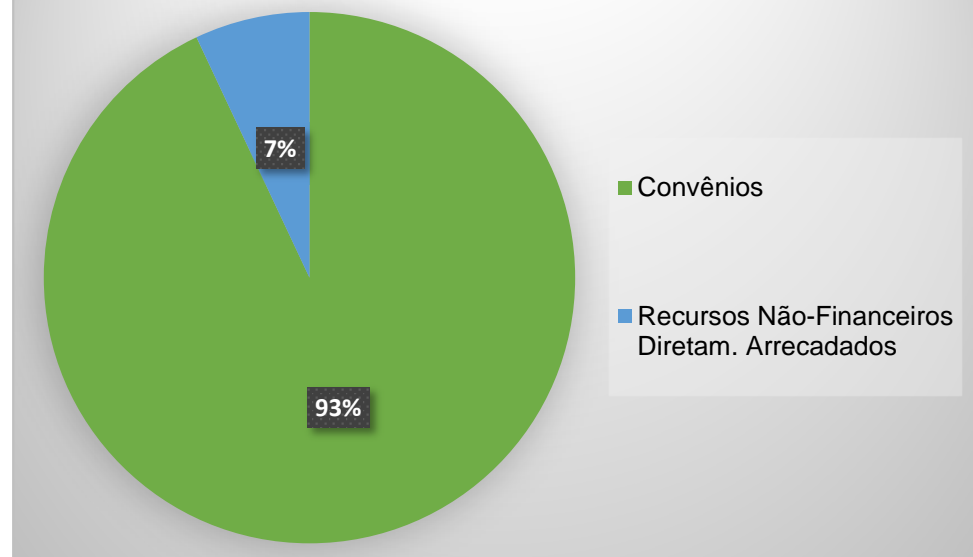
EXERCÍCIO	2019			2018		
	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZ.
RECEITAS CORRENTES	22.899.940,00	23.878.219,80	104,27%	39.485.617,00	45.764.083,61	115,90%
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%	0,00	331.881,00	100,00%
	22.899.940,00	23.878.219,80	104,27%	39.485.617,00	46.095.964,61	116,74%

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Fonte de Recursos

Do total de receitas arrecadadas (R\$ 23,9 milhões), cerca de 93% são oriundos de Transferências Correntes das remunerações de depósitos judiciais provenientes de Convênios com bancos oficiais. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

FONTE DE RECURSOS DAS RECEITAS REALIZADAS



NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

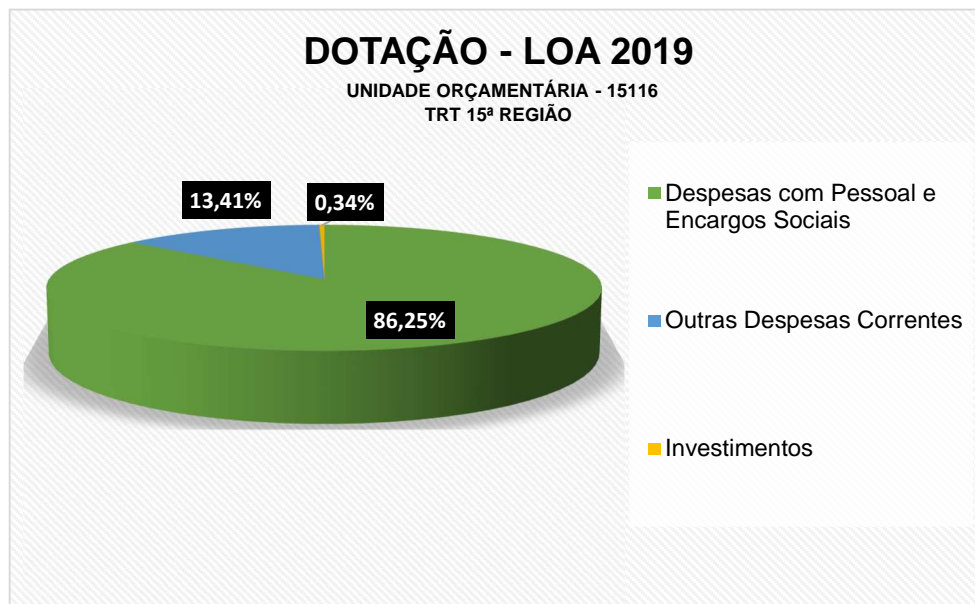
As Despesas Orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a Dotação Inicial, a Dotação Atualizada para o exercício, as Despesas Empenhadas, Liquidadas, Pagas, além do Saldo da Dotação.

Dotação Autorizada

A Dotação Inicial consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA ao TRT da 15ª Região no ano de 2019 foi de R\$ 1,573 bilhão, que somada aos Créditos Adicionais Suplementares e deduzidos os Cancelamentos, totalizou R\$ 1,759 bilhão, constituindo a Dotação Atualizada líquida do exercício, acréscimo de 4% em relação ao ano de 2018, em função do “teto de gastos” estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95 que, a partir de 2017, limitou os gastos com base nas despesas do exercício anterior, corrigidos pela inflação (índice IPCA).

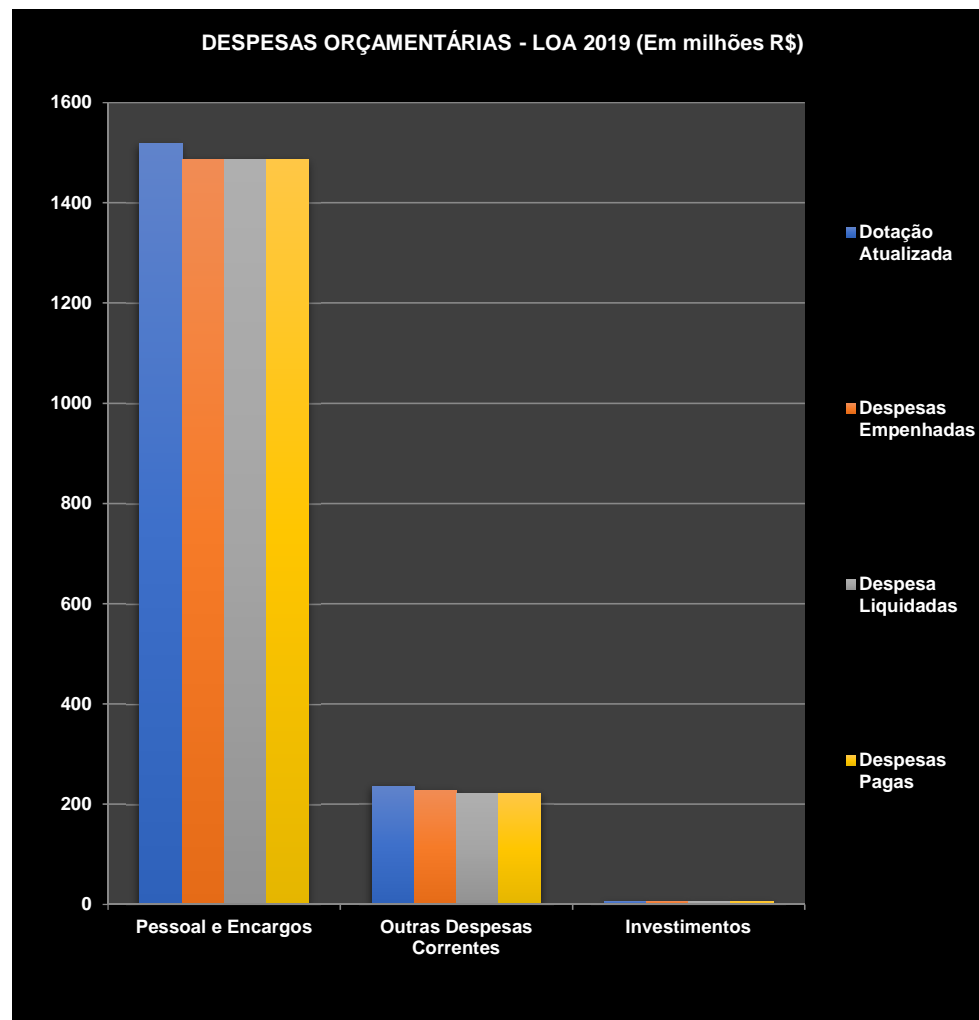
Somando-se os R\$ 28 milhões recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, a Dotação Total autorizada chegou a R\$ 1,787 bilhão.

Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2019 ao Tribunal (R\$ 1,759 bilhão), estão comprometidos com despesas de Pessoal e Encargos Sociais cerca de 86,25% (R\$ 1,517 bilhão).



Execução das Despesas Orçamentárias

O gráfico a seguir, evidencia a execução da despesa em relação à Dotação Autorizada na LOA.

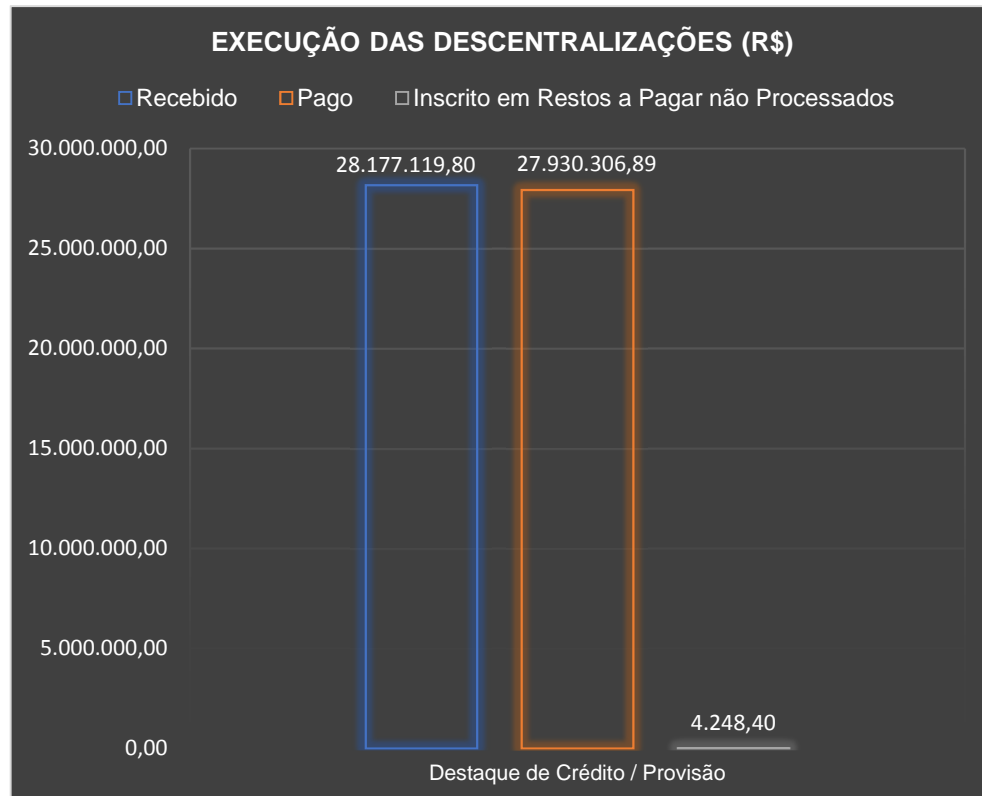


Os índices de Execução das Despesas foram todos satisfatórios, sendo:

- ✓ **Empenhadas 97,74%;**
- ✓ **Liquidadas 97,39%; e**
- ✓ **Pagas 97,38%.**

Descentralizações Internas e Externas

Dos R\$ 28 milhões Descentralizados, R\$ 26 milhões (total do Destaque e parte da Provisão) foram destinados para pagamentos de Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor).



Segue quadro da execução das Descentralizações Internas (Provisões) e Externas (Destaques de Crédito), em R\$:

Descentralizações	Recebido	Empenhado	Liquidado	Pago	Insc. Em RPNP
Provisões	10.632.028,80	10.630.426,83	10.626.178,43	10.626.178,43	4.248,00
Destaques de Crédito	17.545.091,00	17.304.128,46	17.304.128,46	17.304.128,46	0,00
TOTAL	28.177.119,80	27.934.555,29	27.930.306,89	27.930.306,89	4.248,40

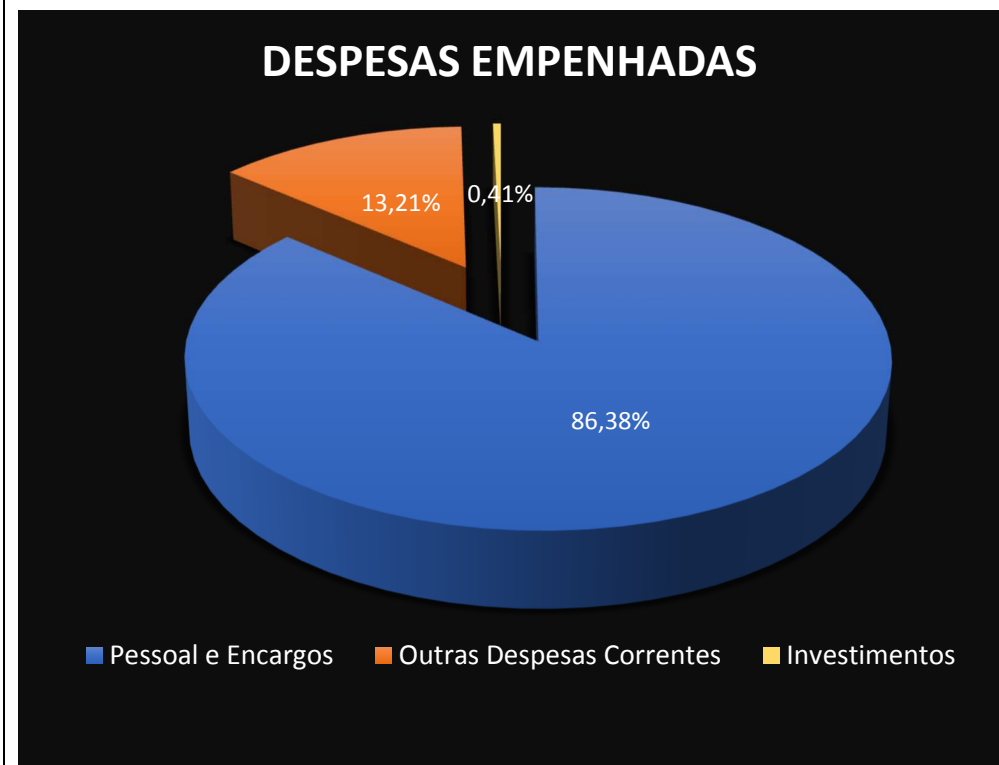
Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 8ª Edição, pág. 98).

Do total dos créditos autorizados na LOA/2019 e, considerando as Descentralizações, foram empenhados cerca de R\$ 1,747 bilhão.

Segue gráfico demonstrando os percentuais das Despesas Empenhadas por Grupo. Observa-se que 86,38% empenhado se refere a despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise das despesas aplicadas na manutenção e em investimentos, no TRT da 15ª Região.

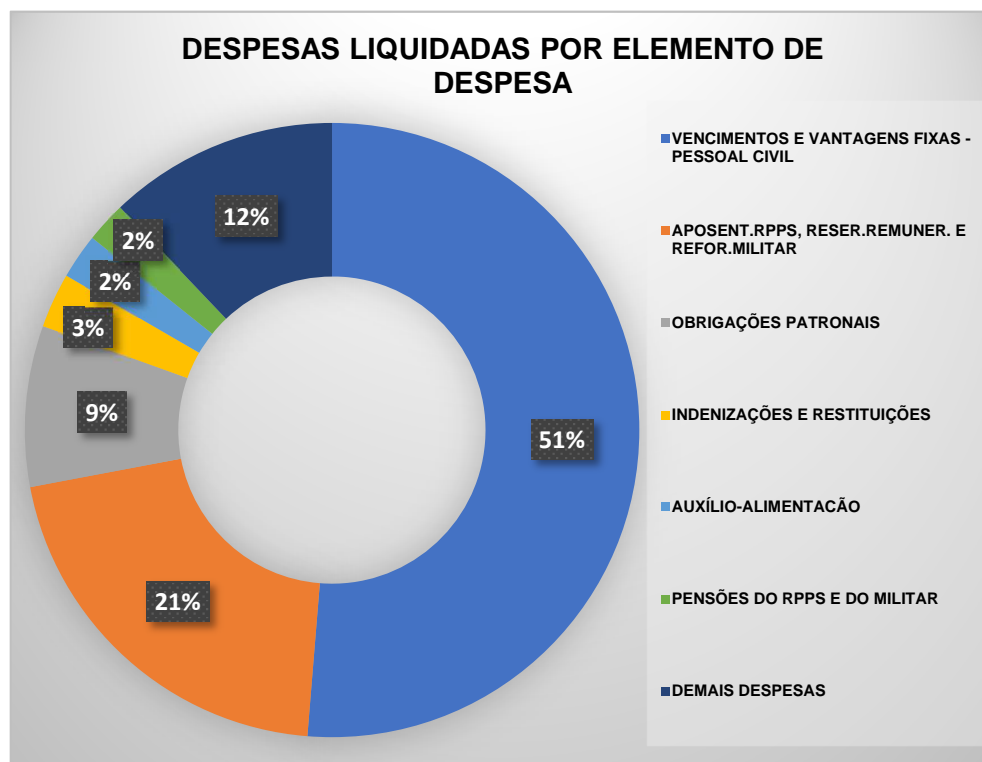


DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 8ª Edição, pág. 100).

Do total dos Créditos Empenhados (considerando os consignados na LOA e os Descentralizados), foram liquidados 99,64%.

Foram liquidados R\$ 1,741 bilhão, considerando as Descentralizações. Segue gráfico dos créditos liquidados por elementos de despesa.



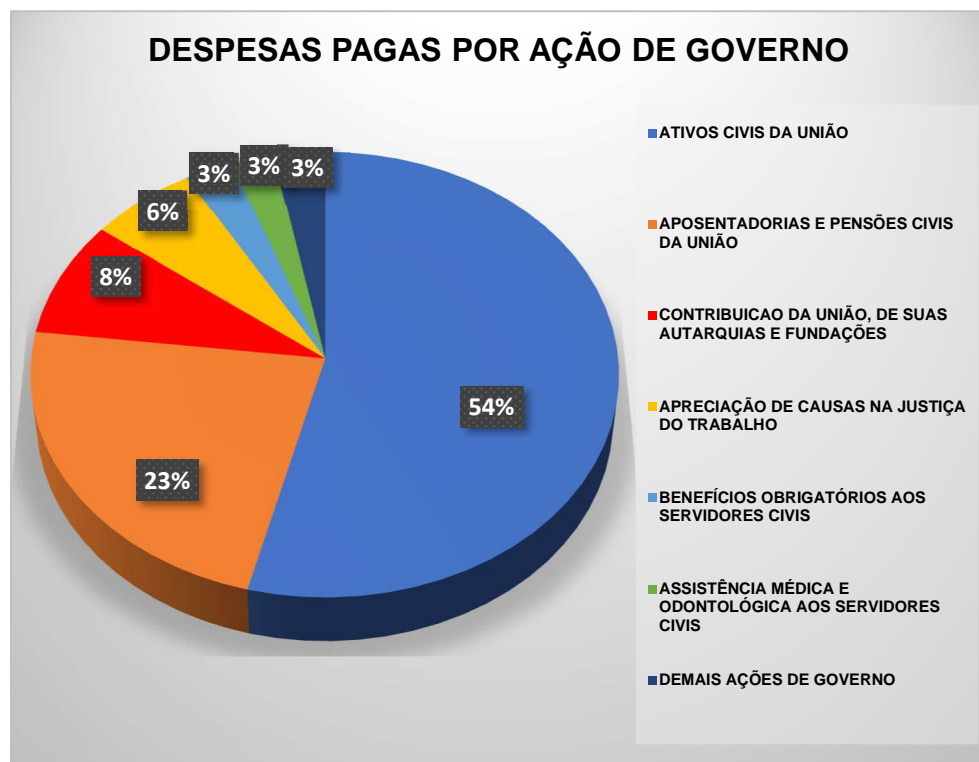
Pela análise gráfica constata-se que as remunerações de pessoal ativo e inativo, pensões e encargos patronais equivalem a 83% dos créditos liquidados.

DESPESAS PAGAS

O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. (MCASP 8ª Edição, pág. 100).

Do total dos Créditos Liquidados (considerando os consignados na LOA e os Descentralizados), foram pagos 99,99%.

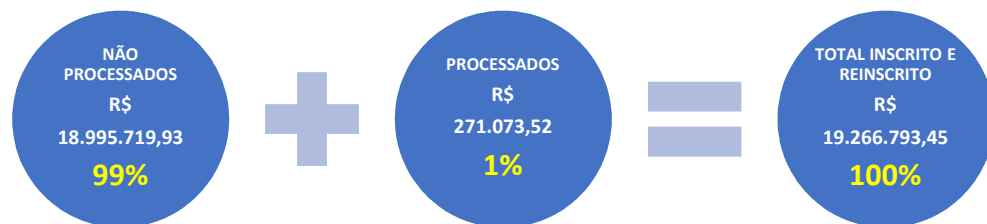
Foram pagos R\$ 1,740 bilhão. Segue o percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.



Pessoal ativo, inativo, pensionistas e contribuições equivalem à 85% do total das despesas pagas.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

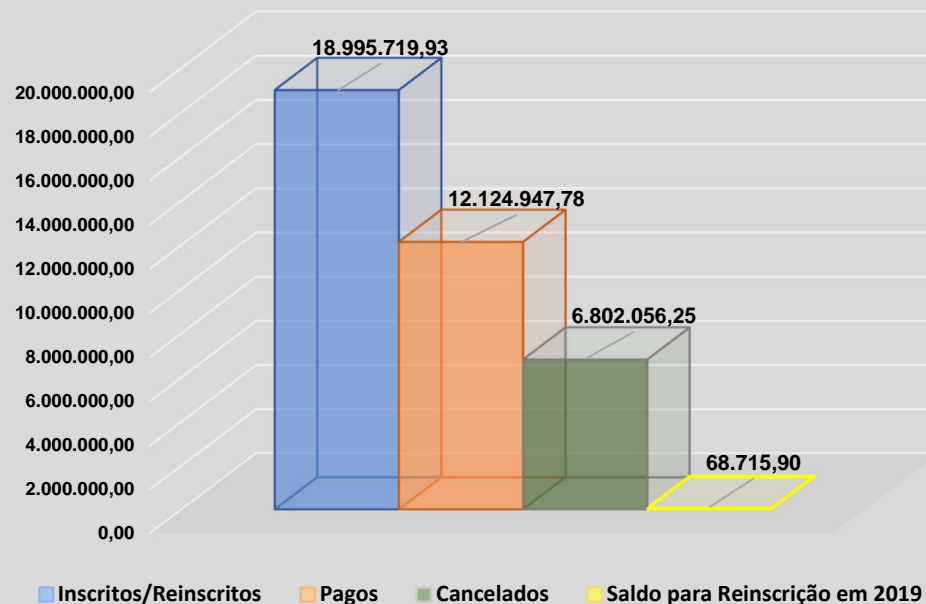
No final de 2018 foram inscritos R\$ 19.266.793,45 em Restos a Pagar, conforme a seguir.



NE 3 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 99% do montante inscrito, e sua execução é demonstrada a seguir.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)



Do total de R\$ 18,9 milhões inscritos, cerca de R\$ 12,1 milhões foram liquidados e pagos, correspondendo à execução de 64% do montante. Os R\$ 68,7 mil pendentes de liquidação dizem respeito ao processo CP0314/2018, relativo à construção da Vara de Trabalho de Fernandópolis, que está sendo executada e quitada mediante as certificações das medições da obra.

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS				
	TOTAL INSCRITOS / REINSCRITOS	LIQUIDADOS E PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A LIQUIDAR / PAGAR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.720.882,17	7.804.420,90	57%	5.916.461,27	0,00
INVESTIMENTOS	5.274.837,76	4.320.526,88	82%	885.594,98	68.715,90
TOTAL	18.995.719,93	12.124.947,78	64%	6.802.056,25	68.715,90

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

NE 4 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos cerca de R\$ 271 mil em restos a pagar processados, considerando os inscritos em 2018 e os reinscritos de anos anteriores. Deste total foram pagos cerca de R\$ 267 mil, o que corresponde à execução de 99% do total, conforme detalhado a seguir por Grupo de Despesa.

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	TOTAL INSCRITOS / REINSCRITOS	PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A PAGAR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.289,90	19.289,90	100%	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	203.464,25	199.645,46	98%	1.067,79	2.751,00
INVESTIMENTOS	48.319,37	48.319,37	100%	0,00	0,00
TOTAL	271.073,52	267.254,73	99%	1.067,79	2.751,00

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Quanto à composição, dos R\$ 267 mil pagos, cerca de R\$ 248 mil são compromissos com outros custeios e investimentos, correspondendo à 93% do total.

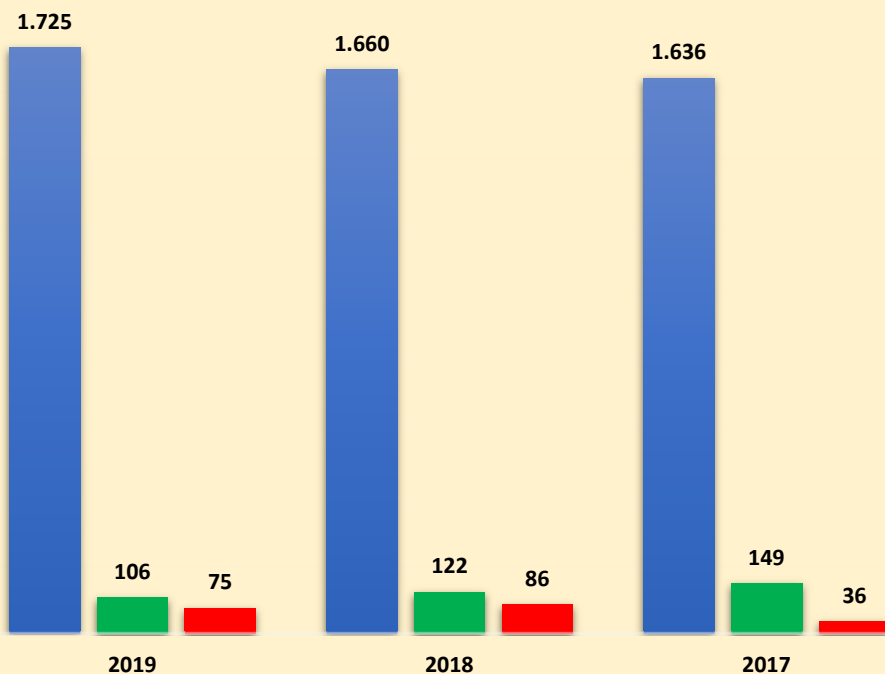
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

NE 5 – INGRESSOS

INGRESSOS FINANCEIROS (Em R\$ milhões)

■ Transf. Financ. Recebidas ■ Recebim. Extraorç. ■ Saldo do Exerc. Anterior



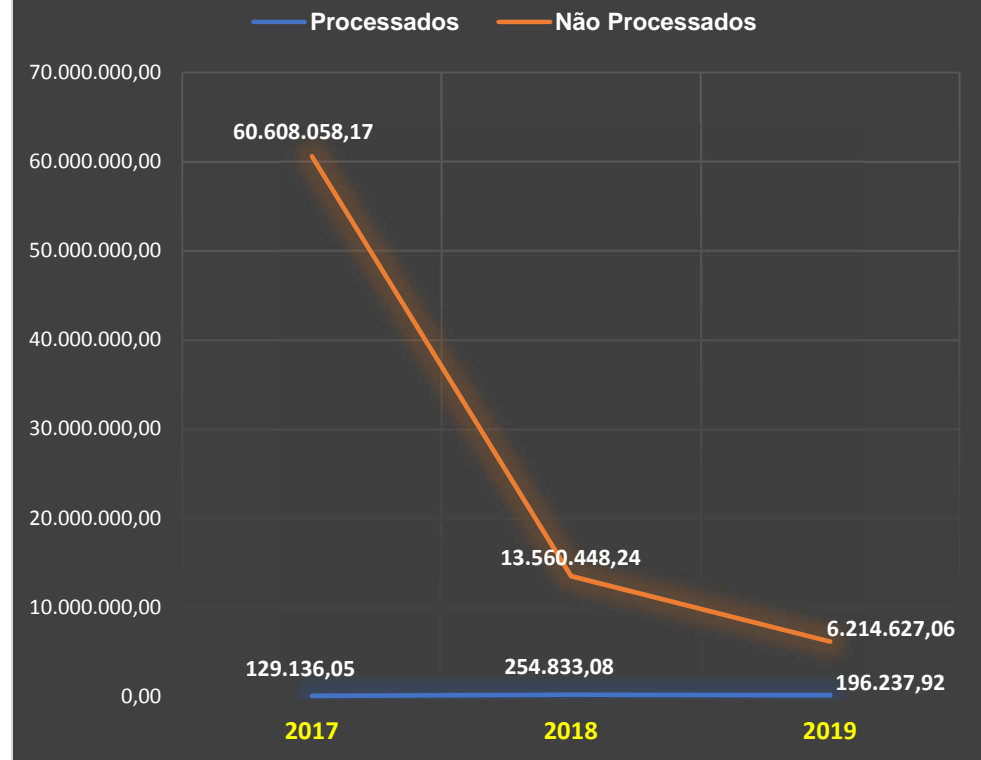
As Transferências Financeiras recebidas em 2019 contabilizaram R\$ 1,725 bilhão, sendo: R\$ 1,724 bilhão resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 1,3 milhão independentes da execução orçamentária.

Destacam-se na composição dos Recebimentos Extraorçamentários a Receita Arrecadada de R\$ 99 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2019 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 196,2 mil e R\$ 6,2 milhões, respectivamente.

Inscrição em Restos a Pagar

No gráfico a seguir, verifica-se a redução dos valores inscritos em Restos a Pagar, sobretudo, os Não Processados, evidenciando melhoria da eficiência na execução do gasto público.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS



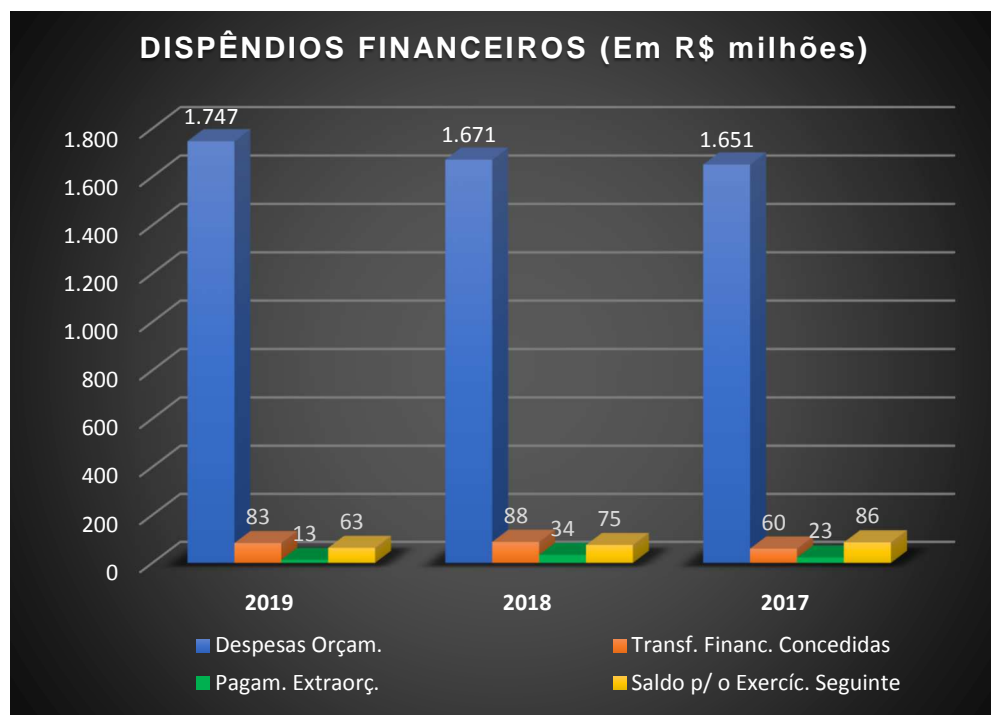
NE 6 – DISPÊNDIOS

Os dispêndios financeiros somaram cerca de R\$ 1,747 bilhão, amparados em 83% por recursos ordinários, R\$ 1,451 bilhão, e em 17% por recursos vinculados, R\$ 296 milhões. A seguir, sua composição comparada com os dois últimos anos.

Dos R\$ 82,3 milhões relativos às transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária, R\$ 76,4 milhões referem-se, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 5,9 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias (R\$ 12,9 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2019 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício anterior.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios:



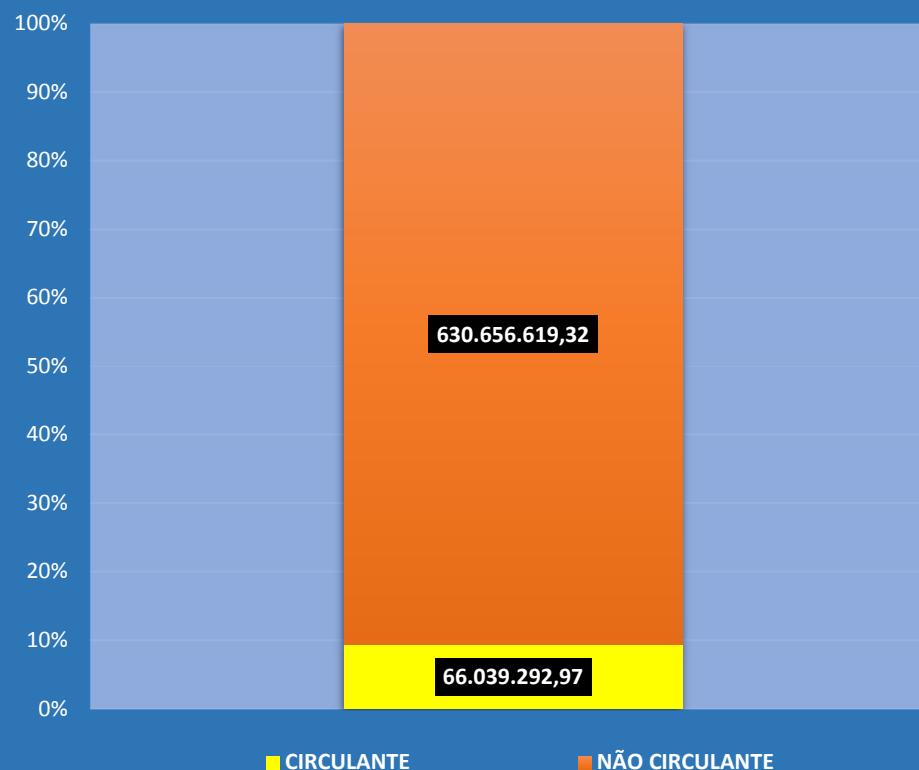
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

ATIVO

O Ativo somou R\$ 696,7 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representou 91% do total, conforme se verifica, a seguir.

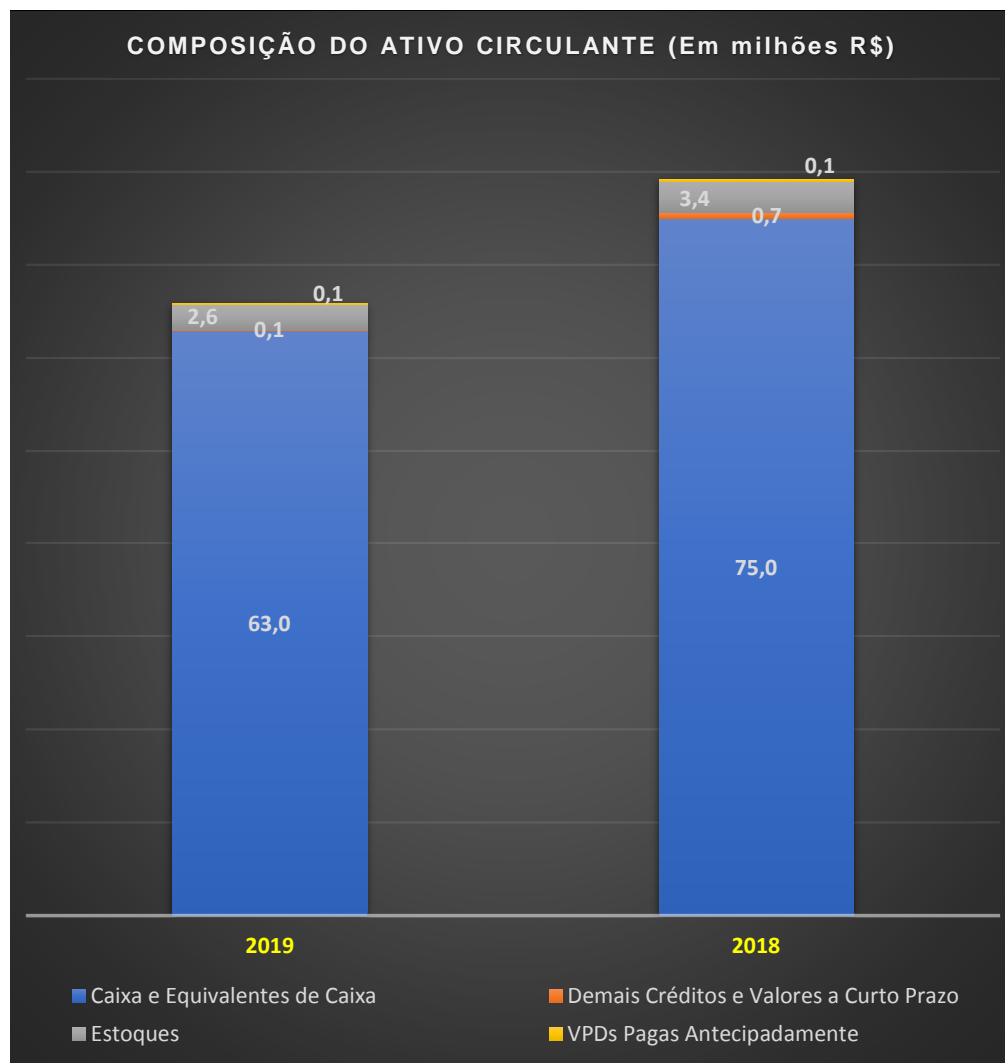
ATIVO (Em R\$)



NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

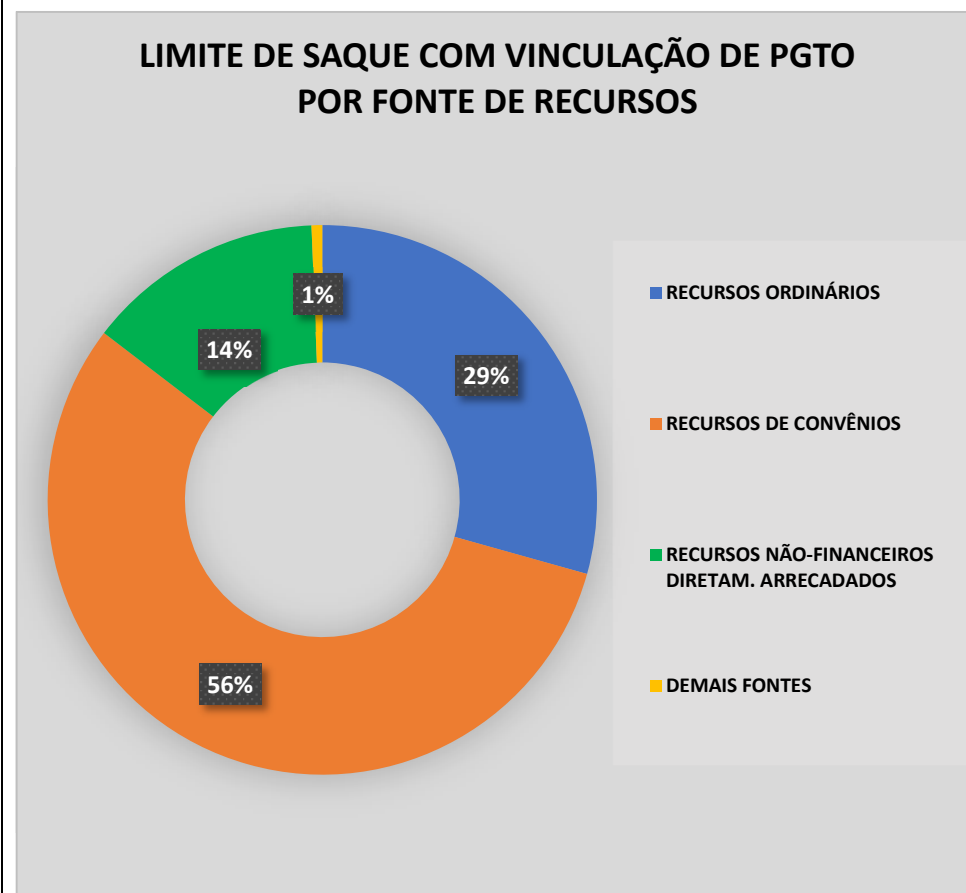
Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis.

O somatório de R\$ 66.039.292,97 dos recursos com livre movimentação, para aplicação nas operações da entidade, compõe-se da seguinte maneira:



Evidencia-se, mediante análise gráfica, que 96% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 63.220.548,60, sendo que destes, 99,9% dizem respeito ao saldo da conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento, R\$ 63.155.863,58, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2020, inscritas como Restos a Pagar Processados e Não Processados no final de 2019.

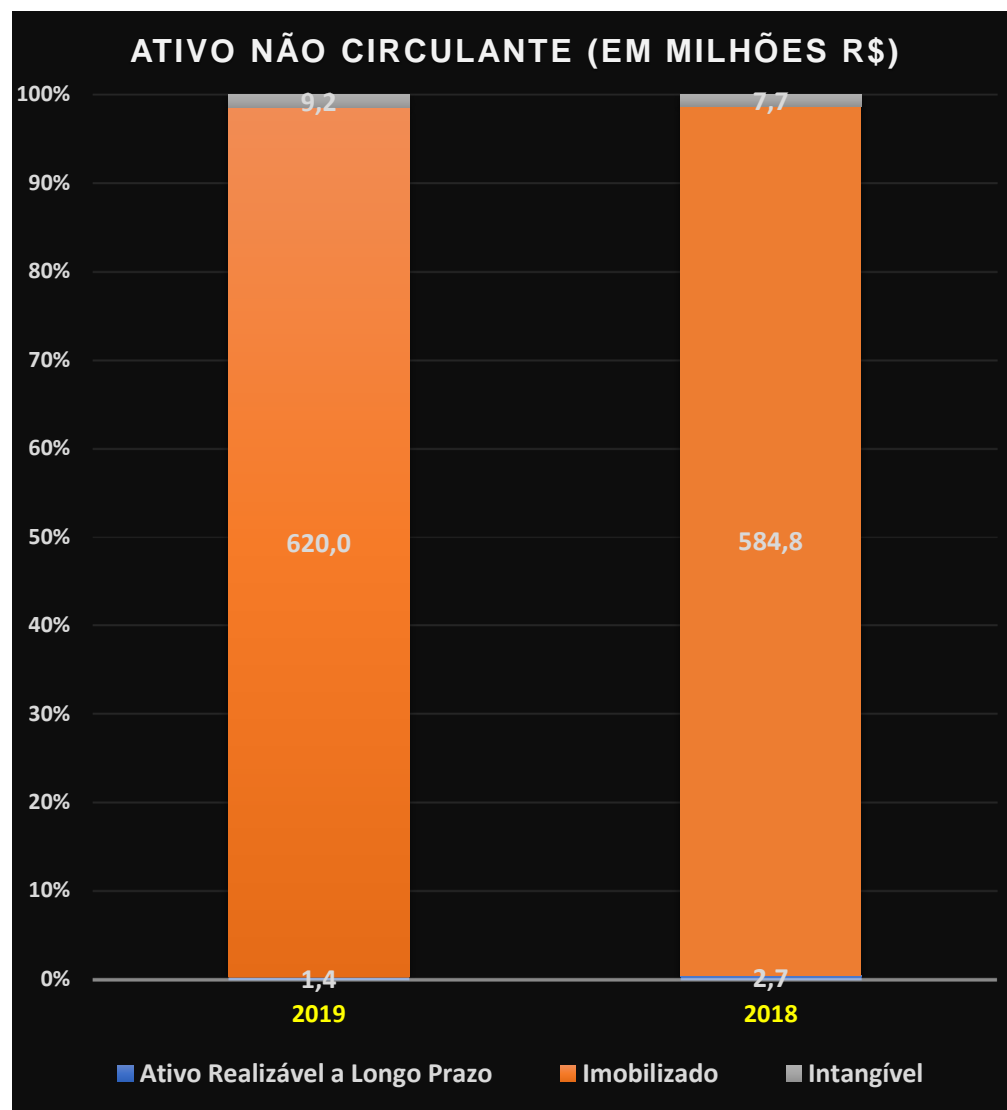
Segue gráfico com a composição do Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos:



Os recursos de Convênios (R\$ 35,4 milhões), os Ordinários (R\$ 18,5 milhões) e os não-financeiros diretamente arrecadados (R\$ 8,8 milhões) correspondem a 99% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 630.656.619,32 em ativos contabilizados para o Órgão, constituído por créditos realizáveis a longo prazo, imobilizado e intangível, conforme segue discriminado.



Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98,31% do grupo.

O Ativo Imobilizado, por sua vez, está assim constituído:



BENS MÓVEIS

Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos.

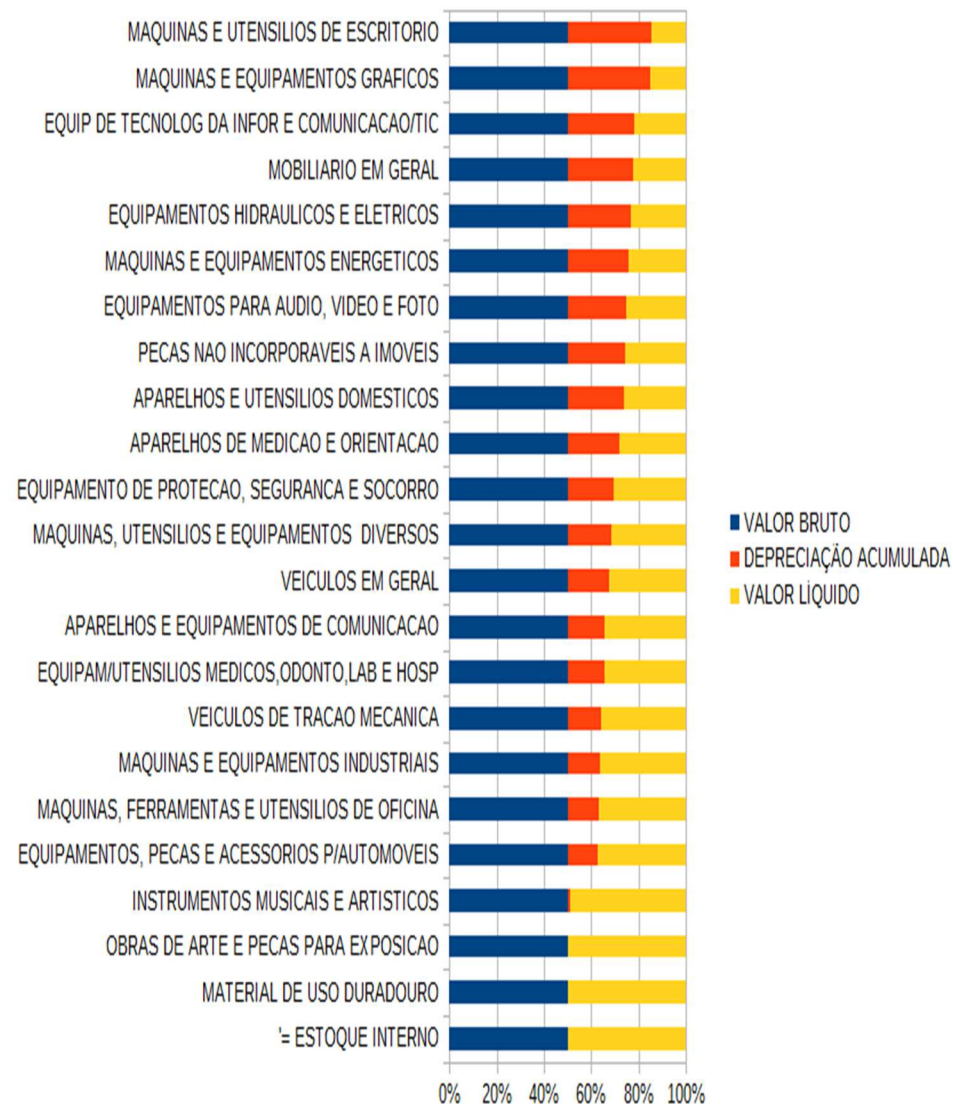
Em R\$

CONTA CONTÁBIL	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	81.791.199,52	(46.526.428,94)	35.264.770,58
MOBILIARIO EM GERAL	25.081.114,14	(13.800.902,01)	11.280.212,13
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	9.874.666,33	(4.665.072,83)	5.209.593,50
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	9.214.902,21	(2.616.138,60)	6.598.763,61
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.268.881,95	(1.284.268,41)	1.984.613,54
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.168.929,96	(1.080.614,85)	1.088.315,11
ESTOQUE INTERNO	1.956.223,26	0,00	1.956.223,26
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.631.962,44	(510.504,54)	1.121.457,90
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	707.402,01	(363.513,84)	343.888,17
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	506.960,47	(359.436,55)	147.523,92
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	407.892,12	(150.072,14)	257.819,98
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	322.347,33	(99.789,55)	222.557,78
MATERIAL DE USO DURADOURO	282.365,14	0,00	282.365,14
VEICULOS EM GERAL	209.629,26	(73.814,70)	135.814,56
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	123.402,63	(54.496,91)	68.905,72
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	83.974,48	(41.229,44)	42.745,04
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	40.695,05	(21.807,40)	18.887,65
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	39.011,11	0,00	39.011,11
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	34.038,52	(8.597,78)	25.440,74
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	21.036,79	(5.649,78)	15.387,01
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.738,88	(1.820,16)	4.918,72
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	3.670,00	(82,56)	3.587,44
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.611,47	(1.124,01)	487,46
TOTAL	137.778.655,07	(71.665.365,00)	66.113.290,07

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo para análise gerencial quanto às necessidades de futuros investimentos.

ANÁLISE DA DEPRECIÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS



BENS IMÓVEIS

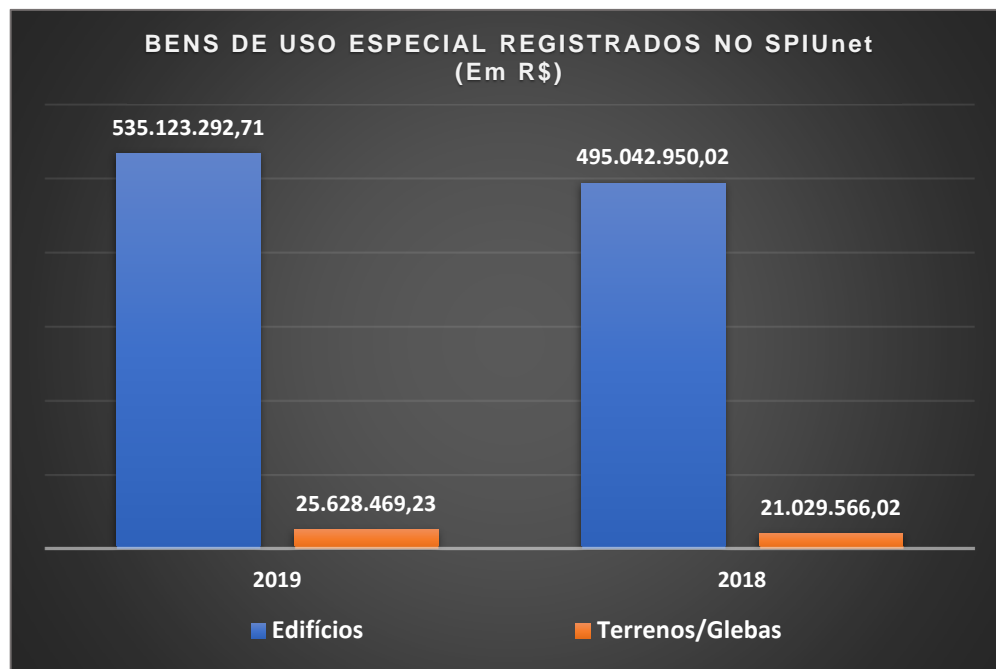
Os Bens Imóveis representam 88% do total do Ativo Não Circulante. Compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento.

Em R\$

COMPOSIÇÃO	2019	2018	VARIÇÃO	
			%	R\$
Bens de Uso Especial	560.751.761,94	516.072.516,04	8,66	44.679.245,90
Bens Imóveis em Andamento	2.245.296,18	1.456.974,56	54,11	788.321,62
(-) Depreciação Acumulada	(9.114.323,48)	(5.112.902,86)	78,26	(4.001.420,62)
TOTAL	553.882.734,64	512.416.587,74	8,09	41.466.146,90

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95% e 5% do total, respectivamente. Segue gráfico comparativo entre 2019 e 2018, desconsiderando o valor das depreciações.



Já os Bens Imóveis em Andamento contemplam valores que com a conclusão das obras serão incorporados ao valor dos imóveis, sendo composto por valores de Estudos e Projetos R\$ 306.465,28, e de Obras em Andamento R\$ 1.938.830,90.

PASSIVO

O Passivo Exigível de R\$ 118,3 milhões está constituído, apenas, pelo Circulante.

NE 9 – PASSIVO CIRCULANTE

A composição do Passivo Circulante - obrigações exigíveis até doze meses da data das Demonstrações Contábeis - é a seguinte:



Em 2019 as Provisões sofreram reclassificações para Passivos Contingentes, com base na revisão dos enquadramentos das obrigações em atenção à Mensagem SIAFI 2019/1183089 de 11/11/2019 e Nota Técnica N° 1/2019, ambas da SEOFI/CSJT. Houve redução de 34,14% das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar devido aos pagamentos realizados no final do exercício de 2019. Já o aumento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar foi fruto da adoção de procedimentos de registros de passivos relativos à Honorários Periciais com Assistência Judiciária Gratuita a pagar, em atendimento ao proposto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, no Relatório de Auditoria CCAUD/CSJT, de 04/07/2019.

A seguir, são demonstradas as contas contábeis que compõem as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, correspondente à 85% do total do Passivo Circulante

Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a pagar - Curto Prazo

Em R\$					
CONTAS CONTÁBEIS	2019	2018	% composição 2019	% variação 2019/2018	Variação Absoluta
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	185.787,46	19.289,90	0,19%	863,13%	166.497,56
FERIAS A PAGAR	46.391.317,37	44.276.646,85	46,32%	4,78%	2.114.670,52
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	46.977.803,69	71.330.688,19	46,91%	-34,14%	(24.352.884,50)
PSSS-CONTRIB. S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	11.017,12		0,01%	100,00%	11.017,12
INSS-CONTRIB.S/ SERV. DE TERCEIROS - INTRA	3.599.297,97	12.069,68	3,59%	29720,99%	3.587.228,29
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	2.983.188,49	3.468.513,88	2,98%	-13,99%	(485.325,39)
TOTAL	100.148.412,10	119.107.208,50	100,00%	-15,92%	(18.958.796,40)

NE 10 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

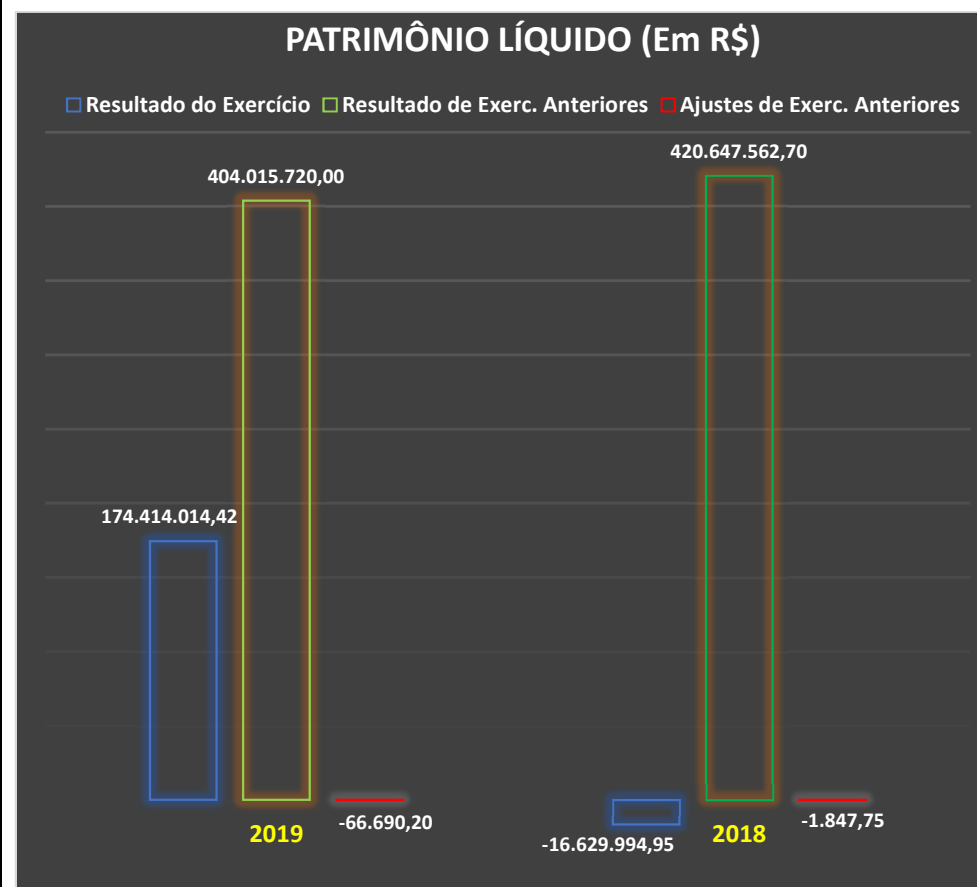
O grupo Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Esse grupo foi zerado em virtude da reclassificação do saldo para a conta de Passivos Contingentes, em atenção à Mensagem SIAFI 2019/1183089 de 11/11/2019 e Nota Técnica N° 1/2019, ambas da SEOFI/CSJT.

NE 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos. O Patrimônio Líquido acumula R\$ 578,4 milhões.

O aumento de cerca de R\$ 174,3 milhões, se deu em função do Resultado do Exercício, melhor demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, onde é apurado o Resultado Patrimonial. A seguir o gráfico comparativo com o ano anterior.

O gráfico a seguir, representando o Patrimônio Líquido, apresenta a composição do Resultado Acumulado do Exercício de 2019 em comparação com o ano anterior.

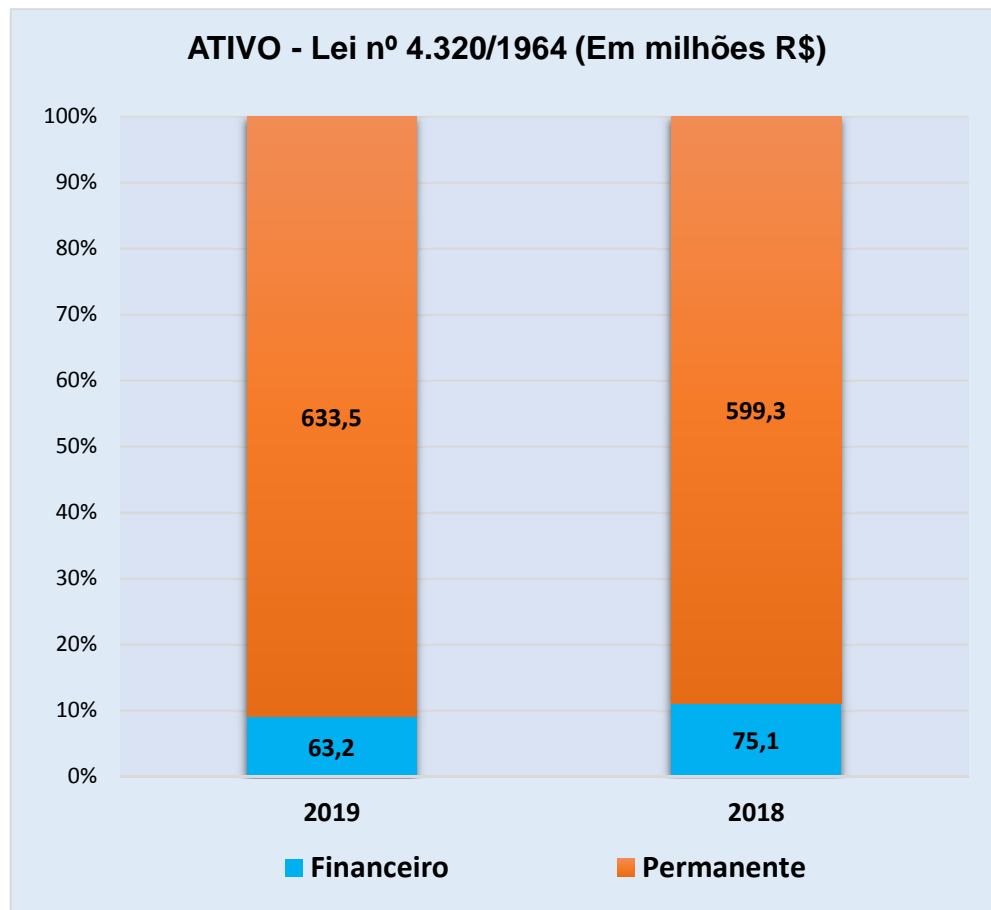


ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária ou legislativa para realização dos itens que o compõem.

NE 12 – ATIVO

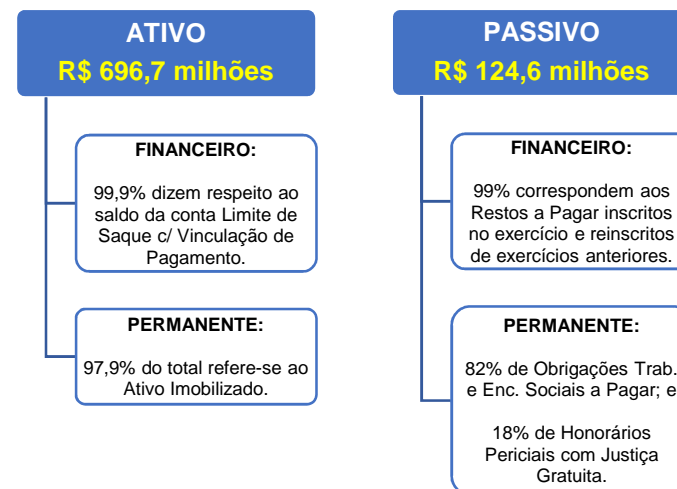
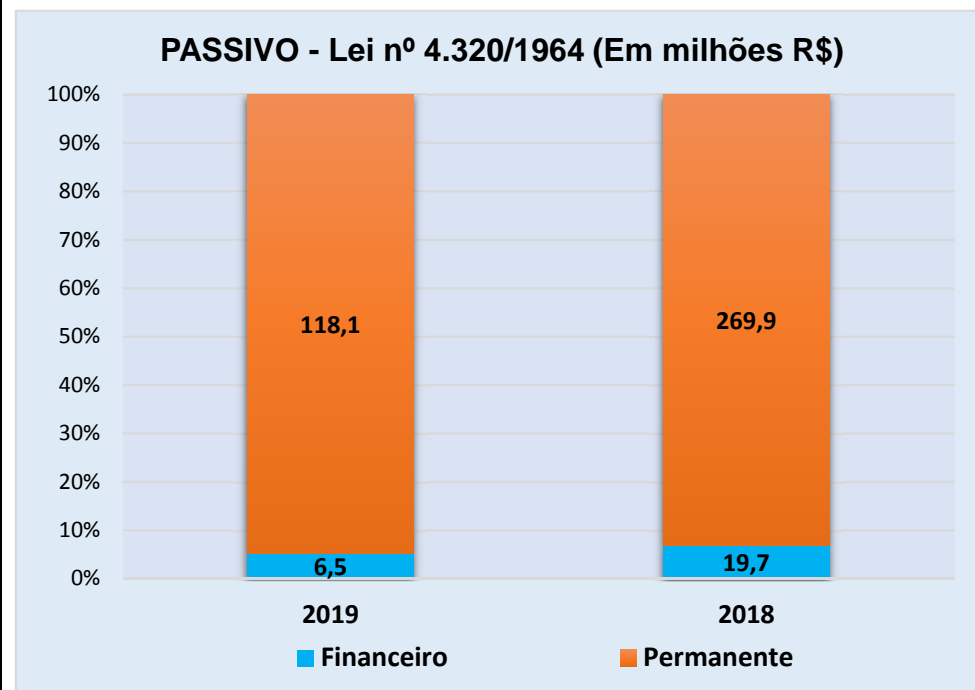
O Total do Ativo somou R\$ 696.695.912,29 composto da seguinte maneira:



Pela análise gráfica, observa-se que os Ativos Financeiro e Permanente representam, respectivamente, 9% e 91% do total do Ativo.

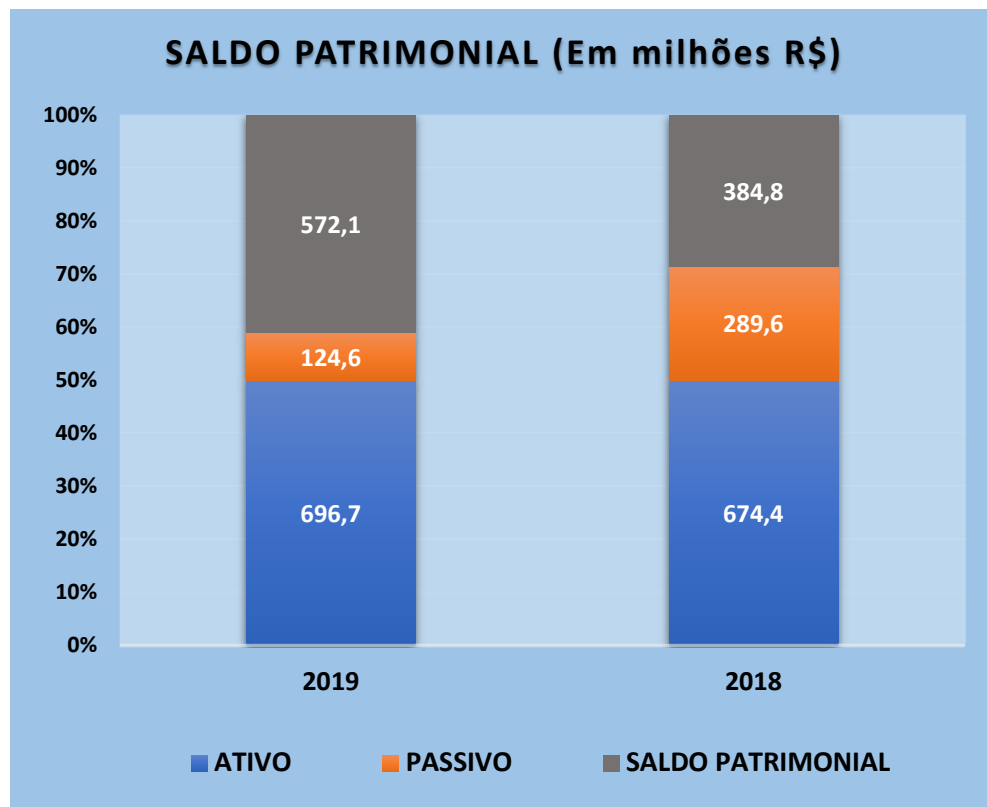
NE 13 – PASSIVO

O Passivo Exigível somou R\$ 124.616.211,03, assim constituído:



NE 14 – SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 572.079.701,26. Em comparação com o exercício anterior verifica-se uma evolução de 48,7% (R\$ 187,3 milhões). Este crescimento se deu em virtude da redução dos Passivos em cerca de R\$ 165 milhões e aumento dos Ativos em cerca de R\$ 22,3 milhões.



A diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 6.283.342,96 a menor, pois não estão computados os seguintes saldos: R\$ 6.214.627,06 relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2019, inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício, e R\$ 68.715,90 originários do saldo reinscrito dos Restos a Pagar Não Processados executados no ano de 2019. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no Passivo Financeiro, impactando o Saldo Patrimonial.

ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Registra os atos e fatos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 11.051.768,38, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2019	2018	Composição	Variação	Variação
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	%	%	R\$
fianças a executar	1.439.521,15	1.327.446,37	13,03%	8,44%	112.074,78
seguros-garantia a executar	5.854.102,19	4.651.429,70	52,97%	25,86%	1.202.672,49
caução a executar	64.685,02	130.273,84	0,59%	-50,35%	(65.588,82)
Contratos de alugueis em execução	3.693.460,02	24.686,87	33,42%	14861,23%	3.668.773,15
Total	11.051.768,38	6.133.836,78	100,00%	80,18%	4.917.931,60

Fonte: Tesouro Gerencial

Os saldos a executar relativos às fianças, seguros-garantia e caução correspondem a 67% dos Atos Potenciais Ativos.

Em 2019, os contratos de Cessões Onerosas de Espaços Físicos que eram contabilizados como Ativos (Circulante e Não Circulante) foram reclassificados para Atos Potenciais Ativos, conforme orientação constante na Mensagem SIAFI 2019/1009571 da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho - CSJT, gerando um aumento significativo do saldo em relação ao ano anterior, de R\$ 24.686,87 para R\$ 3.693.460,02.

NE 16 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 136.658.148,05, 59,3% referem-se a contratos de serviços, e 38,85% a contratos de alugueis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado:

Exercício	2019	2018	Composição	Variação	Variação
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	%	%	R\$
Serviços	81.040.824,21	68.111.887,89	59,30%	18,98%	12.928.936,32
Alugueis	53.094.670,03	42.471.347,69	38,85%	25,01%	10.623.322,34
Fornecimento de Bens	2.522.653,81	1.000.647,99	1,85%	152,10%	1.522.005,82
Total	136.658.148,05	111.583.883,57	100,00%	22,47%	25.074.264,48

Fonte: Tesouro Gerencial

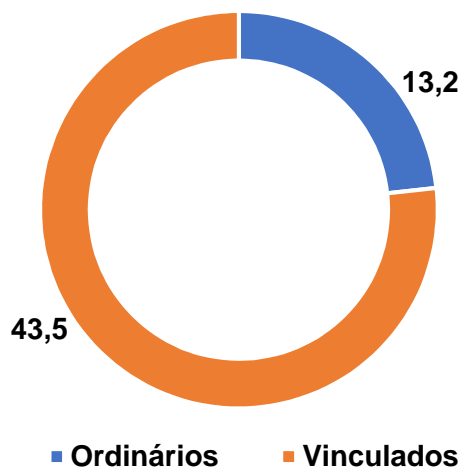
NE 17 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 56.673.531,70.



Esse saldo financeiro está composto da seguinte maneira:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Em milhões R\$)



A Superávit Financeiro em 2019 em relação ao exercício anterior variou positivamente em 2,23%:

Exercício	2019		2018		Variação	
	Conta	Saldo R\$	Saldo R\$	%	R\$	
	ATIVO FINANCEIRO	63.220.548,60	75.116.608,42	-15,84%	(11.896.059,82)	
	PASSIVO FINANCEIRO	6.547.016,90	19.676.732,33	-66,73%	(13.129.715,43)	
	SUPERÁVIT FINANCEIRO	56.673.531,70	55.439.876,09	2,23%	1.233.655,61	

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

Diferentemente de 2018, em que houve um resultado negativo de R\$ 16,6 milhões, em 2019 apurou-se um Resultado Patrimonial de R\$ 174,4 milhões, devido ao aumento das Variações Patrimoniais Aumentativas em 21%, enquanto que as Diminutivas evoluíram apenas 10%, em relação ao exercício anterior.

NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas foram de R\$ 2,191 bilhões, e superaram as relativas ao exercício anterior em 20,51%. Desse total, 79,76% correspondem às Transferências e Delegações Recebidas (78,74% Intragovernamentais e 1,02% Intergovernamentais).

Em R\$

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2019	2018	Composição		Variação	
			%	%	R\$	
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	67.513.367,60	60.240.052,92	3,08%	12,07%	7.273.314,68	
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	990.395,19	6.035.870,62	0,05%	-83,59%	-5.045.475,43	
VPA's Financeiras	57.099,20	65.670,47	0,00%	-13,05%	-8.571,27	
Trans. e Delegações Recebidas	1.747.742.623,95	1.698.730.140,76	79,76%	2,89%	49.012.483,19	
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	352.374.446,31	18.601.065,90	16,08%	1794,38%	333.773.380,41	
Outras VPA's	22.639.210,15	34.629.374,19	1,03%	-34,62%	-11.990.164,04	
Total	2.191.317.142,40	1.818.302.174,86	100,00%	20,51%	373.014.967,54	

Fonte: Tesouro Gerencial

NE 19 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 2,016 bilhões, sendo que 77,82% correspondem a despesas com Pessoal (58,05% de Pessoal e Encargos Sociais, e 19,77% de Benefícios Previdenciários e Assistenciais).

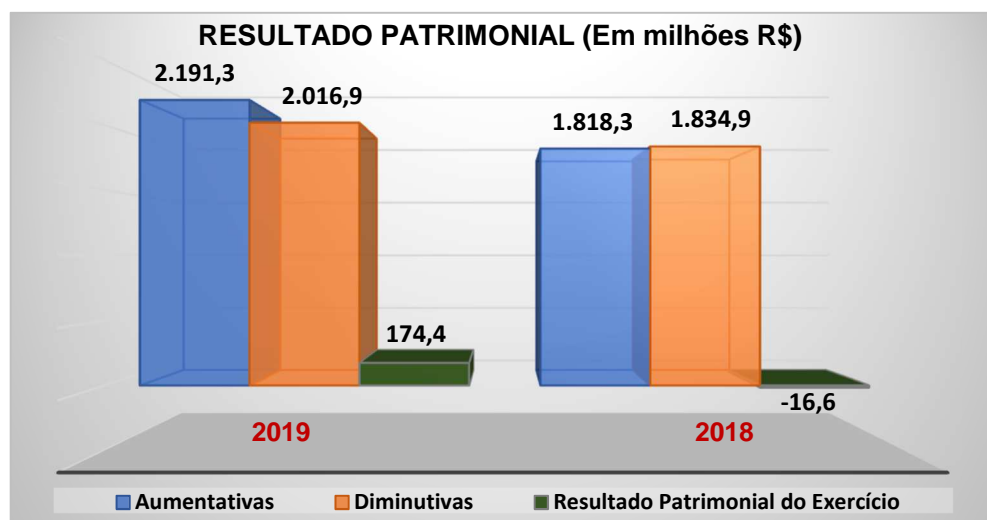
Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2019	2018	Composição		Variação	
			%	%	R\$	
Pessoal e Encargos	1.170.794.956,90	1.167.065.393,42	58,05%	0,32%	3.729.563,48	
Benefícios Previd. e Assistenciais	398.662.276,21	337.158.818,45	19,77%	18,24%	61.503.457,76	
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	126.284.452,01	160.228.042,65	6,26%	-21,18%	-33.943.590,64	
VPD's Financeiras	10.253,01	17.010,94	0,00%	-39,73%	-6.757,93	
Transf. e Delegações Concedidas	107.173.008,28	114.970.735,47	5,31%	-6,78%	-7.797.727,19	
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	199.029.941,34	40.144.958,55	9,87%	395,78%	158.884.982,79	
Tributárias	1.126.009,69	4.251.989,72	0,06%	-73,52%	-3.125.980,03	
Outras VPD's	13.822.230,54	11.095.220,61	0,69%	24,58%	2.727.009,93	
Total	2.016.903.127,98	1.834.932.169,81	100,00%	9,92%	181.970.958,17	

Fonte: Tesouro Gerencial

NE 18 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O resultado positivo se deu, essencialmente, pela diferença de R\$ 174,9 milhões com valorizações e ganhos com ativos e desincorporação de passivos que somaram R\$ 333,8 milhões, frente às desvalorizações e perdas de ativos e incorporação de passivos que somaram R\$ 158,9 milhões.



NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

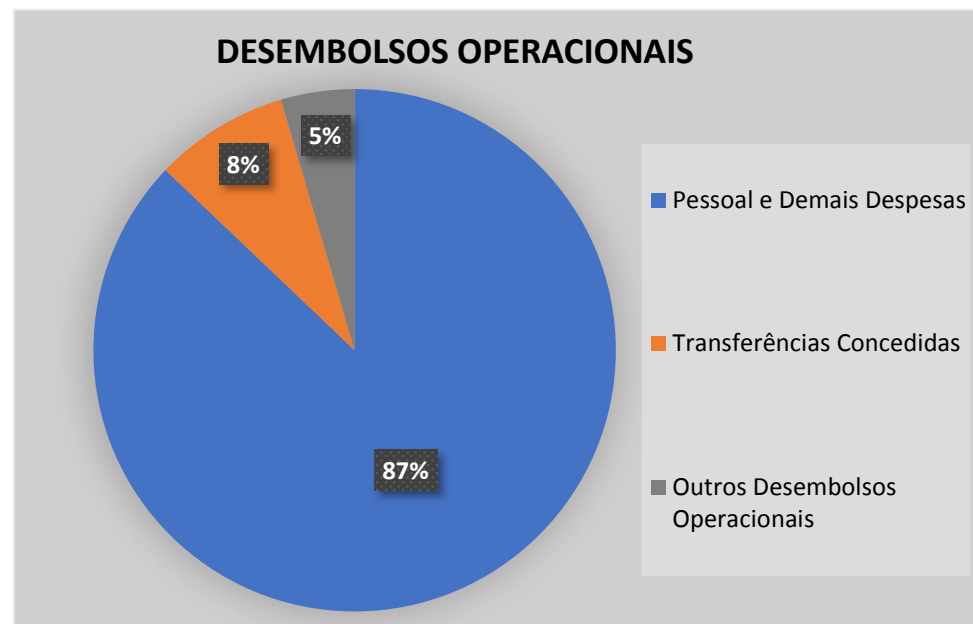
A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

NE 21 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

Os Desembolsos superaram os Ingressos em 0,03% gerando um saldo negativo de R\$ 460.742,64. Os Ingressos totalizaram R\$ 1.824.610.088,60, sendo que cerca de 95% correspondem a Transferências Financeiras Recebidas, praticamente em sua totalidade na forma de Sub-Repasse.

Em relação aos Desembolsos Operacionais de R\$ 1.825.070.831,24, esses ficaram assim constituídos:

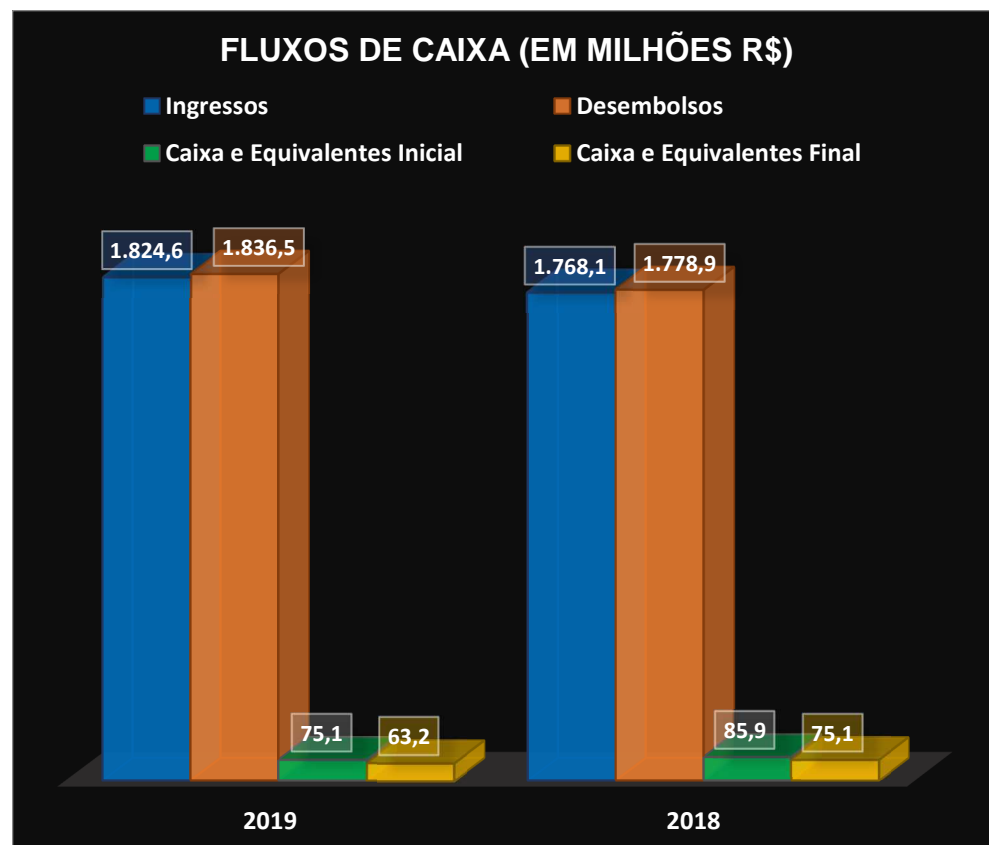


NE 22 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 11.435.317,18, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a gastos com investimentos, aquisições de materiais permanentes e intangíveis.

NE 23 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

Em 2019, os desembolsos operacionais e de investimento superaram os ingressos operacionais em R\$ 11,9 milhões, reduzindo o Caixa e Equivalentes em 16% no período.



Conciliando-se os fluxos de caixa operacional e de investimento com os ingressos e dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

Em R\$

INGRESSOS	1.831.020.953,58
Transferências Financeiras Recebidas	1.725.408.366,98
Recebimentos Extraorçamentários	105.612.586,60
DISPÊNDIOS	1.842.917.013,40
Despesas Orçamentárias	1.747.309.920,76
Transferências Financeiras Concedidas	82.649.253,74
Pagamentos Extraorçamentários	12.957.838,90
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	(11.896.059,82)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	75.116.608,42
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL	63.220.548,60

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

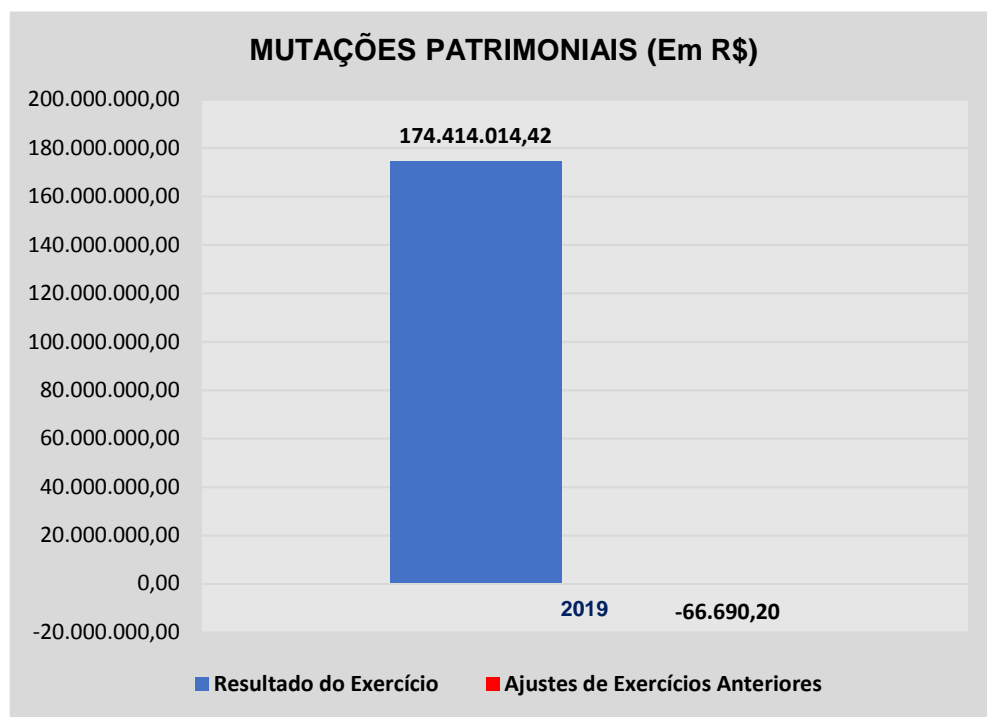
A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade

NE 24 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As mutações do Patrimônio Líquido somaram cerca de R\$ 174,4 milhões.



As mutações ocorridas foram as seguintes:



NE 25 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2019 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo negativo de R\$ 66.690,20, assim constituído:

SALDO ANTERIOR A 01/01/2019	(1.847,75)
Reclassificação do saldo para Déficits de Exercícios Anteriores. Registro do sistema contabilidade – STN	1.847,75
Reclassificação de créditos a receber por Cessão Onerosa de áreas públicas para conta de controle de Atos Potenciais conforme orientação da Mensagem SIAFI 2019/1009571, de 13/09/2019.	(1.812.918,47)
Reversão de amortização de Intangível, por mudança de vida útil definida para indefinida, com base em revisões dos processos de aquisição.	1.745.228,27
Registro de Bens Móveis a classificar que, posteriormente, foi reclassificado para intangível, por lançamento automático da STN, do saldo que estava na conta responsabilidade com terceiros, referente ao software de cálculo trabalhista juriscalc, desenvolvido pelo TRT da 8ª Região, para implantação no TRT da 15ª Região. Posteriormente, em janeiro de 2020, o software foi baixado por descontinuação, conforme informações da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário, Despacho da Corregedoria Regional, PROAD 205/2020, e Processo Administrativo 1198-81.2011.5.15.0895.	1.000,00
SALDO EM 31/12/2019	(66.690,20)

NOTAS EXPLICATIVAS DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2019, o Tribunal reconheceu, aproximadamente, R\$ 231 milhões, assim constituído:

Em R\$

PASSIVOS CONTINGENTES	230.955.966,97
Obrigações e Encargos Trabalhistas.	224,376.640,58
Cancelamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.	6.579.326,39

NE 27 – PASSIVOS CONTINGENTES RELATIVOS À OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

Os reconhecimentos no exercício de R\$ 224.376.640,58 de Passivos Contingentes com Obrigações e Encargos Trabalhistas se deram em virtude de reclassificações de saldos de contas do Passivo Exigível em atendimento à Mensagem SIAFI 2019/1183089 e da Nota Técnica Nº 1/2019, ambas da SEOFI/CSJT e informações da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal.

NE 28 – PASSIVOS CONTINGENTES DE VALORES CANCELADOS DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

A contabilização do cancelamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV por força da Lei Nº 13.463/2017, foi realizada em conformidade com o constante na Mensagem SEOFI/CSJT Nº 052/2019, de 23/12/2019 e Nota Técnica SEOFI.CSJT Nº 3 de 28/11/2019. Tais valores cancelados foram recolhidos pelo Banco do Brasil à conta única do Tesouro Nacional.

Comportamento dos valores cancelados e recolhidos à conta única do Tesouro Nacional em razão da Lei nº 13.463, de 2017:

Em R\$

a) O saldo final, dos exercícios corrente e anterior, dos precatórios e RPV cancelados por força da Lei nº 13.463, de 2017, mas que não foram requisitados pelo credor.	6.579.326,39
b) O montante dos precatórios e RPV cancelados no exercício.	6.579.326,39
c) O montante dos precatórios e RPV reincluídos no exercício (pagos e a pagar).	0,00
d) O montante dos precatórios e RPV com execução extinta no exercício em virtude de prescrição intercorrente disposta no Art. 924, inciso V, da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).	0,00